

PRONADI — Programa Nacional de Qualificação de Quadros Dirigentes e Chefias Intermédias das Autarquias Portuguesas — Direcção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

Entre 1986 a 1992 — desempenho de funções de engenheiro civil em gabinetes de engenharia.

Entre 1992 a 1994 — actividade desenvolvida nos Serviços Municipalizados de Vila Nova de Gaia, no âmbito da Análise e Elaboração de Projectos e Fiscalização de Obras.

Entre 1994 a 2003 — actividade desenvolvida na Câmara Municipal do Porto, na Direcção Municipal de Urbanismo como gestora de Processos de Licenciamento de Obras Particulares.

Entre 2004 a 2005 — nomeação para o cargo de chefe de Divisão Municipal de Fiscalização, Segurança e Salubridade da Direcção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

A partir de Abril de 2005 — nomeação para o cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Urbanística II da Direcção Municipal de Urbanismo da C. M. P.

Pela ordem de serviço do presidente da Câmara de 30 de Maio de 2005, foi nomeada, em regime de substituição, Manuela Maria Martins Bernardes André (5897), técnica superior urbanista principal no cargo de chefe de Divisão Municipal do Gabinete de Comunicação e Imagem a partir de 30 de Maio de 2005.

21 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Angelo Rocha*. 3000214314

Aviso

Em cumprimento do disposto artigo 19.º, n.º 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força no disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 3 de Julho de 2006, foi nomeado José Francisco Angelino Branco, mestre em Administração Pública, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director municipal de Finanças e Património, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Formação académica — mestre em Administração Pública, Universidade do Minho.

Conhecimento de línguas — francesa e inglesa.

Categoria profissional — especialista de informática grau 3, nível 2.

Carreira e experiência profissional:

Secretaria-Geral do Ministério da Economia — Secretário-Geral Adjunto (1 de Fevereiro de 2006 a 2 de Julho de 2006).

Câmara Municipal do Porto — director do Departamento Municipal de Património e Aprovisionamento (1 de Outubro de 2004 a 31 de Janeiro de 2006). Os principais projectos que dinamizou foram: Compras Electrónicas e Racionalização dos Edifícios (REDI).

Faculdade Ciências Universidade do Porto — director dos Serviços Financeiros e Patrimoniais (1 de Fevereiro de 1997 a 30 de Setembro de 2004), onde foi responsável pela reestruturação do subsistema financeiro da faculdade, pela sua informatização e pela implementação do Poc-Educação. Integrou, ainda, a equipa responsável pela «Formative Evaluation of Universities' ICT Strategies» da U. P.

Direcção-Geral da Aviação Civil — director dos Serviços Administrativos (23 de Maio de 1994 a 31 de Janeiro de 1997), onde se destaca a implementação do SIC — Sistema de Informação Contabilística, no âmbito da RAFE (Reforma da Administração Financeira do Estado).

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — chefe de divisão de Sistemas de Informação (14 de Abril de 1993 a 22 de Maio de 1994), sendo de relevar a sua participação no grupo de trabalho responsável pela concepção e implementação da RAFE na Administração Central. Foi ainda coordenador da equipa responsável pelo desenvolvimento da Base de Dados de Auditoria.

Instituto de Informática — técnico superior (8 de Abril de 1988 a 13 de Abril de 1993), onde desempenhou funções de consultor de desenvolvimento organizacional, tendo elaborado alguns estudos e trabalhos para a Administração Central e Local de que se destaca o SPPOC — Sistema de Planeamento, Programação, Orçamentação e Controlo, que viria a servir de modelo conceptual para o desenvolvimento do SIC — Sistema de Informação Contabilística.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — técnico contabilista (6 de Fevereiro de 1987 a 7 de Abril de 1988).

Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos — técnico de administração (24 de Fevereiro de 1986 a 5 de Fevereiro de 1987).

Outras actividades relevantes.

Desde 2005, presidente do conselho fiscal da ANFUP (Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas); desde 2002, presidente da delegação da ANFUP da Universidade do Porto; desde 1998, vogal do conselho fiscal da Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Formador certificado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem colaborado com várias entidades públicas e privadas, no âmbito da formação profissional, seminários e *workshops*, sendo de destacar a sua colaboração com o INA (Instituto Nacional Administração), nas áreas da gestão pública (gestão por objectivos), contabilidade pública e orçamento.

Estudos/publicações:

«A Reforma da Gestão Pública — o plano e o relatório de actividades como instrumentos de gestão», Universidade do Minho, 2003.

«Rede de Águas — Protótipo», Instituto de Informática, 1991.

«Modelo Informacional das Áreas Comuns da A. P. — Relatório de Enquadramento» (co-autoria) Instituto de Informática, 1991.

«Modelo Informacional das Áreas Comuns da A. P. — Subsistema de Recursos Financeiros» (responsável pela equipa), Instituto de Informática, 1991.

«Potencialidades de utilização de um modelo normalizado de uma organização no estudo da informatização das Câmaras Municipais» (co-autoria) in 6.º Congresso Português de Informática, Associação Portuguesa de Informática, 1990, pp. 894-917;

«Sistema de Planeamento, Programação, Orçamentação e Controlo: um modelo para aplicação na Administração Pública Portuguesa» (co-autoria) Instituto de Informática, 1989.

22 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Angelo Rocha*. 3000214387

Aviso

Rui Rio, licenciado em Economia, presidente da Câmara Municipal do Porto, torna público que, em reunião da Assembleia Municipal de 10 de Julho de 2006, foi aprovado o Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público.

Faz ainda saber que, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o projecto de Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, foi submetido a apreciação pública.

Assim, e para os devidos efeitos legais, a seguir se republica o Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, com as alterações e aditamentos que lhe foram introduzidos.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Rui Fernando Silva Rio*.

Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público

Preâmbulo

O presente Regulamento de Publicidade e Outras Utilizações do Espaço Público tem por objectivo responder à necessidade inequívoca de estabelecer critérios minimamente uniformes para o licenciamento e fiscalização da actividade publicitária e de outras utilizações do espaço público no âmbito das competências do município do Porto.

Num enquadramento urbano fortemente marcado pelo protagonismo do espaço público, lugar de vivência e pertença de todos os municípios, ganha assumida importância a concretização de uma normativa que objective de forma coerente os princípios essenciais relativos às condições de ocupação e utilização do mesmo.

A valorização da imagem urbana da cidade, claramente dependente destas condicionantes, é, assim, um dos propósitos deste projecto que procura, simultaneamente, legitimar alguns procedimentos e regras correntes ao nível do actual acompanhamento dos processos bem como dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto.